

MULHER PESCADORA E QUESTÕES DE GÊNERO, OLHAR SOBRE UMA DÉCADA DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA DAQUÉM E DALÉM MAR

Walter Chile R. Lima¹
Maria Manuel Baptista²
Wladilene Sousa Lima³

| 509

RESUMO

O presente trabalho consiste em uma revisão de literatura que tem como tema central a mulher pescadora e as relações de gênero na pesca de subsistência e artesanal praticada na Amazônia Clássica⁴, Brasil e em Portugal. Analisamos artigos publicados nos últimos 10 anos em plataformas de trabalhos científicos como o portal Capes e Scielo no Brasil e b-on e Recap em Portugal, além buscas específicas em revistas científicas das Universidades Federais dos estados do norte do Brasil e, da mesma forma, nas revistas científicas das Universidades de Portugal. Constatou-se que no Brasil a academia tem reservado maior atenção para a os problemas enfrentados pela mulher na pesca e que a academia portuguesa parece ainda não ter percebido com profundidade a questão, apesar do movimento de mulheres pescadoras da União Europeia.

PALAVRAS-CHAVE

Mulher; pesca; gênero; Brasil; Portugal.

Introdução

No andamento do trabalho de campo referente a investigação de doutoramento, realizada em zonas de pesca da Amazônia Tocantina e Atlântica, no Brasil e em zonas de pesca de Portugal, se percebeu a preponderância do gênero masculino. Mas, apesar dessa preponderância masculina, identificou-se a presença da mulher em todas as etapas da cadeia produtiva da pesca de subsistência e artesanal e que, no interior desta cultura, existem relações desiguais de poder, que terminam por se refletir em maior visibilidade aos homens pescadores.

A assimetria constatada não deixou de nos surpreender, tendo compreendido que poderíamos ir um pouco mais fundo, fazendo uma imersão nas questões de gênero na pesca, uma vez que a opressão sofrida pelos pescadores na relação com o dominante é replicada por estes, forças que reaparecem na sua relação com as mulheres pescadoras.

Visando conhecer e refletir sobre a questão sem fugir do foco da investigação principal em que este estudo se inscreve optou-se por obter um panorama da produção de artigos sobre o tema, para tal recuou-se no tempo 10 anos (2005 – 2015) e realizou-se uma verdadeira garimpagem nas plataformas e revistas científicas publicadas *on-line* e acesso gratuito.

E porquê mergulhar no formato artigo? O formato artigo se caracteriza como um meio sintético e acessível de veicular a informação sobre a investigação científica em andamento

¹ Doutorando em Estudos Culturais UA/UMinho / Bolsista CAPES / SOPREN / GECA / UFPA.

² Universidade de Aveiro.

³ Universidade Federal do Pará.

⁴ No entendimento da Sociedade de Preservação ao Recursos Naturais e Culturais da Amazônia – SOPREN, a Amazônia Clássica corresponde ao norte do território brasileiro e compreende os estados do Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Rondônia e Roraima, portanto em nada tem haver com o conceito questionável de Amazônia Legal.

ou concluída. O formato sintético permite ainda uma análise enxuta de um aspecto da investigação ou de um problema específico.

Desde a infância que singramos rios, furos e igarapés na Amazônia Tocantina e nesse cenário silvestre sempre foi possível se ver mulheres pescadoras em águas próximas, enquanto os homens sempre estiveram envolvidos com a pesca em águas mais distantes. Em ambos os casos desenvolviam meios de prover as necessidades materiais da família.

510 | A ideia de abordar este tema e destacar a importância do trabalho feminino na pesca se dá a partir da percepção que tivemos no trabalho de campo e na lida com a literatura acadêmica, de que a mulher tem relevante papel na pesca, porém quando aborda na investigação aparecem como coadjuvantes. Se olharmos essa realidade pela lente de Foucault, é possível se ver claramente que há uma assimetria na relação de poder entre os gêneros na pesca de subsistência e artesanal praticada no norte do Brasil, mas também em Portugal, assim como nas outras regiões do Brasil e em outros países da União Europeia, sem esquecer que tal desarmonia faz parte da realidade de comunidades haliêuticas de todos os continentes.

O levantamento que apresentamos em seguida trata-se de uma versão resumida. Em todas as publicações a que tivemos acesso procuramos extrair sua essência e esperamos, com este estudo, contribuir para tornar mais visível a situação que as mulheres pescadoras enfrentam no dia a dia e a atenção que as academias lhes prestam.

1. A mulher pescadora da Amazônia Clássica, Brasil

No estado do Amapá, o estudo que trata da participação da mulher em organizações sociais entre elas, a pesca, busca “analisar a realidade particular das mulheres participantes ou não de organizações e movimentos sociais localizadas em comunidades do Arquipélago do Bailique, estado do Amapá, Brasil” (Almeida *et. al.*, 2013).

Os autores não focam especificamente a pesca, mas as atividades produtivas de subsistência desenvolvidas pelas mulheres dessa fatia da Amazônia, enfatizando que a principal atividade desenvolvida nas comunidades é a pesca artesanal e a captura do camarão, atividade que se destaca no contexto local. Neste cenário foi constatado que todas as mulheres participam de alguma organização social, mas consideram que ainda assim é uma participação pequena.

Segundo Almeida (*et. al.*, 2013), uma maior participação das mulheres nos movimentos sociais seria possível, caso elas não reproduzissem o que lhes foi ensinado como “atributo de mulher”, ou seja, que cabe às mulheres “casar e cuidar do lar”, mas são enfáticos ao afirmar que, embora as mulheres já tenham conquistado espaços no mundo contemporâneo, nas sociedades ditas rurais ainda existem ranços de comportamentos dominantes dos homens em relação às mulheres como machismos e sexismos.

Os autores concluem, contudo, que o trabalho de campo revelou indícios de mudança no cotidiano das mulheres, uma vez que a participação feminina nas organizações sociais, ainda que pequena, é um forte indicativo de mudança.

No estudo realizado com pescadores e pescadoras do entorno da Usina Hidrolétrica de Coaracy Nunes, no estado do Amapá, Oliveira *et. al.* (2013) constataram que a mulher, apesar de expressiva participação na pesca local, foi invisibilizada na coleta de dados em campo, devendo-se isso à característica da comunidade local, “do tipo patriarcal, onde o chefe da

família é o homem, que tem a responsabilidade do sustento da família e quem respondeu à maioria dos formulários” (Oliveira *et. al.*, 2013, p. 91).

O estudo Oliveira (*et. al.*, 2013) nos leva a concluir que o padrão cultural local inferioriza a mulher, reforça, reproduz e naturaliza no tempo atual posturas opressoras que silenciam e não reconhecem a importância do trabalho da mulher pescadora, apesar dela também gerar alimento e renda para a família.

Do estado do Amazonas, destaca-se o trabalho de Alencar (2013) que aborda as questões de gênero em projetos de manejo de recursos pesqueiros executados na reserva de desenvolvimento sustentável de Mamirauá, onde a atividade pesqueira representa importante meio para o sustento das famílias e para o abastecimento do mercado local.

Alencar (2013) lamenta não haver no projeto informações sobre as relações de gênero, nem relativos ao papel desempenhado pelas mulheres na atividade e nem ainda quanto ao volume de pescado produzido por homens e mulheres, além da não quantificação da produção destinada ao consumo familiar, que é geralmente executada por mulheres.

A autora dá conta que os fatores supracitados somados a concepção de divisão sexual dos papéis presente no seio da comunidade local, o qual destina às mulheres o cuidado com a casa e com os filhos, terminam por afastar a mulher da pesca e contribuem para sua invisibilidade perante a sociedade, instituições e até mesmo no seio da categoria de pescadores.

A autora compreende que o fato de não haver dados estatístico sobre a produção de pescado pelas mulheres contribui para a não formulação de políticas públicas focadas para as mulheres pescadoras e, com isso, reforça a sua invisibilidade como pescadora. Por outro lado, destaca com certa esperança que “à medida que o trabalho das mulheres no manejo de pesca for conhecido, pode contribuir para o seu reconhecimento como pescadora, e seus direitos como cidadã no sentido pleno” (Alencar, 2013, p. 6).

A autora conclui que mesmo com a não identificação das representações de gênero sobre a participação de homens e mulheres no projeto de manejo de peixes em Mamirauá, as mulheres conseguem apontar caminhos e dar visibilidade às suas necessidades, organizando-se politicamente, participando das Colônias, Associações ou Sindicatos dos pescadores, uma vez que a “a visibilidade é condição para que as mulheres, especialmente da zona rural, tenham maior participação na vida econômica, social e política de suas comunidades, e uma maneira de valorizar seu papel como sujeito histórico, conciliando assim os interesses das populações humanas com a conservação da biodiversidade” (Alencar, 2013, p. 14).

O trabalho de Miranda e Barroso (2013) realizado nos estados do Amazonas e Tocantins centra-se na mulher da zona rural, onde a pesca, a agricultura e o extrativismo compõem a subsistência das famílias.

Através de um estudo comparativo entre as políticas públicas voltadas para as mulheres nos dois Estados, chamadas de Organismos de Políticas para as Mulheres - OPMs, as autoras procuraram compreender se elas se têm incorporado à perspectiva de gênero e, de que forma a atuação organizada das mulheres tem contribuído para o desenvolvimento regional.

As autoras asseguram que os OPMs, tanto no Amazonas como no Tocantins, caminham na contramão do movimento das mulheres, pois são carentes de representatividades diante dos movimentos sociais e de estrutura para funcionar, além do que os efeitos da desigual-

dade de gênero impactam as mulheres de forma distinta, dependendo da posição identitária e ética, orientação sexual e classe social.

Miranda e Barroso (2013) compreendem que os OPMs, para se tornarem efetivos, devem levar as diferenças em consideração. Para tal, se faz necessário que os Estados os avaliem e encontrem caminhos que interliguem as questões de gênero com o desenvolvimento, para que, com isso, possam atender às peculiares das mulheres da floresta.

512 | O estudo realizado por Machado com as mulheres das áreas de manguezais da vila de Guarajubal, município de Marapanim, no estado do Pará possibilitou a “a análise da problemática ambiental e relações de gênero a partir de uma abordagem antropológica sobre uma parcela da população tradicional amazônica” (2007, p. 485).

Apoiada em Shiva (1993) a autora entende que a problemática de gênero, de trabalho e de educação vem ocorrendo a partir da complexidade dos problemas das sociedades em níveis locais e globais que atravessam as questões ambientais como poluição, degradação e pobreza.

Machado (2007) afirma que o trabalho da mulher é considerado de menor importância e invisibilizado pela sociedade da qual faz parte. E se essa mulher é cabocla⁵ isto se acirra e atinge o extremo, quando se trata de uma mulher cabocla e pescadora, pois não bastasse a desvalorização em nível local, há ainda a desvalorização da mulher pelo poder público.

A autora dá conta de que, em países cuja economia depende dos recursos biológicos, o conhecimento tradicional que as mulheres possuem sobre o ambiente natural local é fundamental para a preservação das espécies.

A autora conclui que, tanto na Amazônia, como em outras áreas, o reconhecimento e a participação das mulheres se mostra como um campo aberto que necessita de pesquisas e políticas públicas específicas, uma vez que “a problemática envolvendo gênero e meio ambiente se revela como da maior importância [...]” na contemporaneidade (Machado, 2007, p. 490).

O trabalho de Leitão (2013), realizado no contexto do projeto de pesquisa “Ações para Consolidar a Transversalidade de Gênero nas Políticas Públicas para a Pesca e Aquicultura”, que a autora coordenou durante os anos de 2010-2011 no Ministério da Pesca e Aquicultura desenvolveu-se em cinco estados brasileiros: Pará, Santa Catarina, Pernambuco, Ceará e Paraíba e teve como objetivo dar visibilidade ao discurso produzido pelas pescadoras artesanais na vida diária na vida da pesca, suas lutas e operações transformacionais na esfera econômica, cultural, social e política. No estado do Pará, a coleta de dados foi realizada com as mulheres pescadoras procedentes da localidade de Baía do Sol, em Mosqueiro e do município de Curuçá.

De acordo com Leitão (2013), mulheres e homens gerenciam seu tempo de forma distinta, embora ambos se orientem pelo ciclo das águas. No caso da mulher, a adaptação ao “regime das águas”⁶, do qual fala Sarraf-Pacheco (2009), pode implicar a antecipação na

⁵ Cabocla é um termo utilizado para identificar a mulher do interior da floresta amazônica. Segundo Rodrigues trata-se de “[...] uma categoria de atribuição pelos outros e não de auto-atribuição, uma categoria de acusação e não de reconhecimento de direitos e prerrogativas [...]” (2006, p. 121).

⁶ O regime das águas consiste em uma imposição da natureza por meio do ciclo das marés que influenciam no modo de vida do homem e da mulher amazônica. Para maior aprofundamento ver Sarraf-Pacheco, A. (2009). *En el Corazón de la Amazonía: identidades, saberes e religiosidades no regime das águas marajoaras*. Tese (Doutorado). Programa de Pós- Graduação em História, PUC-SP.

execução de um trabalho, pois, quando a maré está propícia para a pesca no turno da manhã, a fim de cumprir com suas “obrigações domésticas”, esta mulher realiza os trabalhos na noite anterior.

A autora compreende que, apesar da mulher pescadora protagonizar uma diversidade de trabalhos dia-a-dia, ela ainda assim é percebida como coadjuvante, portanto profissionalmente invisível quando se trata de pesca. E esta invisibilidade contribui para aumentar sua marginalização e diminuir sua participação nos movimentos sociais da categoria, oportunizando, por outro lado, que os homens se façam presentes em maioria.

No que diz respeito às dificuldades fundamentais enfrentadas no dia-a-dia, a autora destaca algumas semelhanças que atravessam os relatos das mulheres pescadoras dos cinco Estados pesquisados:

(...) a discriminação ou invisibilidade da mulher na cadeia produtiva da pesca, o desconhecimento de muitas pescadoras sobre o acesso aos seus direitos sociais na pesca artesanal, a dificuldade de acesso aos espaços de poder dentro das Colônias e Associações de pescadores/as; os riscos e dificuldades de acesso aos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs); a presença do atravessador e a necessidade de um comércio justo (Leitão, 2013, p. 103).

Não bastassem as dificuldades inerentes ao ser mulher pescadora na sociedade atual, a autora informa que estas mulheres ainda são economicamente desfavorecidas, pois o rendimento com o pescado é rotineiramente pequeno e a situação se acirra no período do inverno, tanto pela carência de peixe quanto de compradores.

Para finalizar, Leitão (2013) ressalta que o relato das mulheres pescadoras indica que as atividades domésticas e de cuidado são compreendidas pelos homens como de exclusividade feminina. O fato de trabalhar na pesca não a isenta do cuidado com os filhos, com a casa, pelo contrário, ela soma jornadas de trabalho e é sua “função natural” dar conta de toda a demanda.

2. A mulher pescadora de Portugal

O trabalho de Amorim (2005) realizado em fontes documentais diversas da viragem do século XIX objetivou “aferir e discutir o espaço da mulher na organização de trabalho das comunidades piscatórias, em Portugal, em finais do século XIX, inícios de XX” (2005, p. 658). A questão de gênero não é o foco da autora: neste inquérito ela se concentra na descrição do trabalho desenvolvido por mulheres no setor pesqueiro, trabalho esse que envolve praticamente todas as etapas da faina pesqueira, desde a preparação das artes de pesca à pesca em si (em modalidades distintas), do beneficiamento à comercialização do pescado. Mas diante do que a investigação revela é possível ter-se um panorama do papel da mulher no *métier* e compreender a relação entre a pesca feminina e as questões de gênero na Portugal da época.

Amorim (2005) entende que a visibilidade do trabalho da mulher pescadora foi ofuscada durante muito tempo na literatura científica, que compreendia que o mar seria um território de exclusividade masculina. A autora dá conta que no bojo das transformações ocorridas no setor pesqueiro, que alterou o modo de produção, antes de base familiar para a pesca in-

dustrial (de maior envergadura), fez da figura masculina o elemento dominante e, com alguma variação, da mulher, participante.

Partindo dos estudos de Poinard (1912) e Descamps (1935) onde são abordados aspectos do trabalho desenvolvido na pesca e na indústria de conservas por famílias de Setúbal e Lagos, Amorim (2005, p. 661) tem a impressão que “[...] a passagem para sectores a montante ou a jusante da pesca, no âmbito da industrialização, criou hierarquias de valores, enaltecendo ou degradando os papéis femininos”. Essas posições antípodas em relação ao trabalho da mulher podem ser identificadas na cadeia produtiva do bacalhau e da sardinha.

No que tange ao alheamento da mulher pescadora ao mercado de trabalho, Amorim (2005) destaca a pesca longínqua do bacalhau realizada em Terra Nova ou Groenlândia, no período do Estado Novo. Esta pesca foi completamente territorializada por homens. A mulher, neste caso, foi remetida para as atividades domésticas, com direito a folhetos contendo conselhos onde eram abordados temas relativos à alimentação infantil e ao cuidado com as crianças (as quais, quando os maridos estavam na pesca do bacalhau eram, inclusive, identificadas como “mulheres dos pescadores de bacalhau”).

No que diz respeito à conveniência da mão de obra da mulher para o setor pesqueiro, Amorim (2005) destaca a cadeia produtiva da sardinha costeira. Esta atividade representava importante fonte de receitas para Portugal durante a crise pesqueira da época, acrescido de um diferencial bastante oportuno, os baixos salários. Para elucidar este contexto a autora analisa o discurso proferido por Salazar (1932) às mulheres trabalhadoras da indústria de conservas, onde o ditador as incentivava ao trabalho nos “centros piscatórios e conserveiros”, em detrimento do trabalho doméstico.

A autora exprime que é uma “tarefa inglória” verificar o peso da participação feminina na pesca portuguesa do período, pois nenhum dos documentos produzidos pelo Estado ou entidades da pesca se preocupou em registrar com clareza esses dados, mas afiança que tais fontes documentais, ao mesmo tempo em que invisibilizam o peso do papel feminino na pesca, revelam que as mulheres atuavam nas diversas modalidades de pesca de água doce, salobra e salgada, do norte ao sul do país e que diante disto “as mulheres simbolizavam a reserva necessária à continuidade em mar e em terra [...]” (Amorim, 2005, p. 674).

Por fim, a autora considera que os dados deste inquérito não subsidiam conclusões quantitativas sobre a participação feminina na pesca portuguesa da virada do século XIX para o século XX, uma vez que “a informação chega-nos distanciada pelo peso condicionador da informação produzida pelos poderes públicos e pela ausência da produzida pelas comunidades piscatórias” (Amorim, 2005, p. 664), mas que nos diversos centros piscatórios de Portugal “[...] a mulher representa não apenas uma força de trabalho no sector, claramente observada, mas, acima de tudo uma agente determinante na sobrevivência familiar [...]” (Amorim, 2005, p. 671).

Para tratar da questão na atualidade em Portugal, dada a carência de estudos científicos e levantamentos qualitativos sobre esta temática, recorreremos à inserção no campo procurando conhecer as ações efetivas voltadas para a valorização e reconhecimento do trabalho da mulher na pesca e na aquicultura. Neste sentido podemos verificar e destacar o trabalho da AKTEA - European Network of Women in Fisheries and Aquaculture e do ICSF - International Collective in Support of Fishworkers, entidades que somam esforços e atuam junto aos grupos de mulheres pescadoras dos países da União Europeia, com vista a “reforçar a

voz das mulheres das comunidades pesqueiras na Europa” (Quist, Frangoude & O’Riordan, 2010, p.1).

O relatório das ações desta parceria, realizadas no ano de 2010, de autoria de Quist, Frangoude e O’Riordan (2010) intitulado *Reformulação da rede: A definição de uma agenda de gênero para sustentar a vida e os meios de subsistência na pesca e aquicultura*, dá um panorama das atividades desenvolvidas junto às mulheres pescadoras da Europa, e, particularmente, com os grupos de mulheres pescadoras de Portugal.

Segundo Quist, Frangoude e O’Riordan (2010), o ICSF – AKTEA, visando a preparação das mulheres pescadoras para o *workshop* que se propunha discutir e elaborar uma agenda internacional de gênero que pudesse influenciar o Programa Global das Pescas gerenciado pela FAO (Organização para a Alimentação e Agricultura das Nações Unidas) e também o fortalecimento das redes de mulheres pescadoras, aplicou um questionário e ministrou oficinas com temas relacionados com a divisão sexual do trabalho na pesca, a tomada de decisão das mulheres na pesca, as relações de gênero na pesca, os direitos das pescadoras, o gerenciamento da pesca por mulheres, seu impacto econômico, a aquicultura, bem como as mudanças climáticas e pesca.

No que se refere aos dados levantados em Portugal e nos Açores, os autores relacionam a existência de posturas sexistas diante do trabalho das mulheres pescadoras e entendem que estas posições precisam ser superadas. Nos Açores, as questões mais alarmantes dizem respeito à atividade de processamento do pescado onde as dificuldades são a sazonalidade do trabalho, que acaba incidindo sobre o salário das mulheres; o preconceito da população sobre as mulheres que ao andar pelas ruas, depois da jornada de trabalho, exalam cheiro de peixe e, paralelamente serem consideradas pela comunidade local como ruins, por dividirem o espaço de trabalho com homens.

No que diz respeito ao trabalho nas companhias de pesca, os problemas são ainda maiores: mesmo atuando em todas as etapas da cadeia produtiva da pesca, seu trabalho é visto como ajuda ao cônjuge ou a extensão das atividades domésticas e, por essa razão, não é remunerado. Os autores dão conta de que ainda há casos de algumas companhias de pesca restringirem o embarque de mulheres na equipe, por considerarem-nas dotadas de má sorte. Neste caso, vê-se a aplicação do mito amazônico da panema abordado por Torres (2007) e Soares e Scherer (2013) na reafirmação da pesca como território exclusivamente masculino.

No que diz respeito à divisão sexual do trabalho, Quist, Frangoude e O’Riordan (2010), asseguram que algumas assimetrias persistem. No trabalho realizado no mar, a predominância é dos homens, por outro lado, as mulheres estão mais presentes no sector auxiliar do que na pesca em si. Mesmo na indústria de beneficiamento de pescado, onde há uma predominância de mulheres, as primeiras posições são ocupadas pelos homens. Ocorre que, em algumas situações, as mulheres têm que fazer esforços especiais para provar que são tão capazes quanto os homens de progredir em suas carreiras e com um agravante, encontram-se em desvantagem nesta progressão, por terem que alternar o trabalho profissional como o trabalho doméstico e o papel de mãe.

Quist, Frangoude e O’Riordan (2010) concluem que, com a formação da AKTEA e das redes locais de mulheres na pesca, como a rede Estrela do Mar em Portugal, as mulheres de toda a Europa têm sido capazes de trocar experiências, se organizar e tornarem-se mais visíveis, como um grupo social de nível regional e nacional, e com isso, participar de forma

mais ativa das tomadas de decisões que afetam o setor da pesca e o trabalho das mulheres pescadoras. Destacam também que tem havido uma evolução no que diz respeito à independência das mulheres, sobretudo nas novas gerações. A imagem de esposas dos pescadores está em processo de mudança e hoje é mais normal para elas obter apoio para as suas tarefas domésticas, um pouco mais de autonomia na vida social e qualificação profissional enquanto pescadoras.

516 |

Considerações finais

Considerando os critérios que escolhemos para promover esta revisão de literatura, o levantamento de textos possibilitou que trabalhassemos com a produção de 3 (três) estados, dos 6 (seis) que compõe a Amazônia Clássica (no Brasil). Destes foi constatado que a maior produção de investigação científica foi a do estado do Pará, seguido do Amazonas e Amapá (nos demais não foram identificados trabalhos sobre o tema). Produzidos na última década em Portugal, foram encontrados 1 (um) artigo que atendia aos critérios deste estudo e 1 (um) relatório de atividades relacionadas com o tema. Nesta versão mais resumida, optamos por abordar somente dois trabalhos de cada locus de estudo.

Exercitando o olhar sobre os dados quantitativos, o que ele nos revela? Primeiramente que a academia do norte do Brasil tem dado maior atenção para o papel desempenhado pelas mulheres na pesca, se comparada a academia portuguesa. Em Portugal, apesar da mobilização crescente sobre a questão do movimento das mulheres na pesca local e articulações com movimentos de mulheres na pesca na União Europeia, a academia local parece ainda não ter compreendido a importância e estudo que este tema requer.

O Quintas da Ria, promovido pela Universidade de Aveiro juntamente com a Câmara Municipal da Murtosa, onde foi abordado o tema *As mulheres nas atividades econômicas da Ria* contou com a presença de Anabela Valente, membro Rede Portuguesa de Mulheres da Pesca, que na ocasião expôs sobre o trabalho que o seu grupo está promovendo em Portugal, relatando as dificuldades e deleites de ser mulher pescadora.

A reação da plateia revelou o que pensa a comunidade a respeito do trabalho da mulher pescadora. As opiniões favoráveis elogiaram a iniciativa e a coragem das pescadoras por resistir em um território de gendramento masculino.

As contrárias, mais críticas, revelaram que existe ainda uma parcela da comunidade masculina que não admite a presença das mulheres na pesca. A dificuldade em não aceitar e não reconhecer o trabalho da mulher pescadora nos leva a crer que o sistema educacional local precisa reforçar o tratamento que tem sido dado sobre as questões de gênero em todos os níveis de ensino, pois os posicionamentos silenciam e ofuscam as mulheres pescadoras e não condizem com a realidade.

Durante a execução da investigação foi possível perceber que a invisibilidade, a presença silenciada e a condição de “mão-de-obra-de-ajuda”, apesar dos esforços no Brasil e em Portugal são “qualidades” que ainda caracterizam a mulher pescadora, cabendo ressaltar que os resultados práticos da desigualdade de gênero atingem as mulheres de forma diferenciada e isto está sujeito à posição identitária e étnica, orientação sexual e classe social como bem destacaram Miranda e Barroso (2013).

Sendo assim, deseja-se que a academia do norte do Brasil, enquanto houver mulher pescadora em situação de alheamento de seus direitos e silenciamento de suas vozes, que continue problematizando e alardeando sobre a situação. Já em Portugal, é da maior importância que a academia se empodere da questão, pois identificar, refletir, propalar e incentivar a criação de políticas públicas que visem reduzir a desigualdade de gênero na pesca ainda são formas de exercer papel relevante para a sociedade e pugnar por dias melhores para as mulheres pescadoras.

Referências

- Alencar, E. F. (2013). Questões de gênero em projetos de manejo de recursos pesqueiros na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. *Seminário Internacional Fazendo Gênero 10* (Anais eletrônicos), Florianópolis, 1-17. Acedido novembro 20, 2015 em http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1384455421_ARQUIVO_EdnaFAlencar.pdf
- Almeida, M. P. de, Soares, A. C. de P. M., Lima, J. P. & Santos, M. A. S. dos (2013). A participação da mulher em organizações sociais rurais na Amazônia: Estudo de caso no Arquipélago do Bailique, estado do Amapá. *PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP*, 6, 19-31. Acedido novembro 20, 2015 em <http://periodicos.unifap.br/index.php/pracs/article/view/801/n6Almeida.pdf>.
- Amorim, I. (2005). Mulheres no sector das pescas na viragem do século XIX: Formas de participação na organização do trabalho. *Arquipélago*, História, 2ª série, IX, 657-680. Acedido novembro 30, 2015, em https://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/437/1/Ines_Amorim_p661-683.pdf
- Leitão, M. do R. F. A. (2013). Gênero, pesca e cidadania. *Amazônica Revista de Antropologia*, 5 (1), 98-115. Acedido novembro 27, 2015, em <http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/view/1307/1718>
- Machado, D. (2007). Catadoras de caranguejo e saberes tradicionais na conservação de manguezais da Amazônia brasileira. *Estudos Feministas*, Florianópolis, Brasil, 15 (2), p. 485-490. Consultada em novembro 29, 2015, em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2007000200016/4278>
- Miranda, C. M. & Barroso, M. F. (2013). Desenvolvimento regional sob a perspectiva de gênero: Atuação organizada de mulheres nos governos do Amazonas e Tocantins. *Novos Cadernos NAEA*, 16 (2), 295-317. Acedido novembro 28, 2015, em <http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/1076/1866>
- Oliveira, J. C. S. de, Vasconcelos, H. C. G., Pereira, S. W. M., Nahum, V. J. I. & Teles Junior, A. P. (2013). Caracterização da pesca no Reservatório e áreas adjacentes da UHE Coaracy Nunes, Ferreira Gomes, Amapá – Brasil. *Revista Biota Amazônia*, 3 (3), 83-96. Acedido novembro 20, 2015, em http://periodicos.unifap.br/index.php/biota/article/view/784/pdf_104
- Quist, C., Frangoudes, K. & O’Riordan, B. (2010). Recasting the net: Defining a gender agenda for sustaining life and livelihoods in fisheries and aquaculture. *ICSF-AKTEA WIF 2010*, Brest, France, Report, p. 1-54. Acedido novembro 14, 2015, em http://www.umr-amure.fr/aktea/icsf_aktea_europe_report_en.pdf